

considerando-se exoneradas da actual situação com efeitos à data da aceitação dos novos lugares.

25 de Março de 2008. — O Presidente, *Melchior Ribeiro Pereira Moreira*.

2611102569

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9386/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 46/2007, de 27 de Fevereiro, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente do Instituto da Vinha e do Vinho, I. P., a licenciada Edite Maria Freitas Azenha.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 19 de Março de 2008.

14 de Março de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Edite Maria Freitas Azenha:

Data de nascimento — 8 de Abril de 1952.

Casada, duas filhas.

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 1978.

Experiência profissional

Março 2007 — nomeada chefe da Divisão de Relações Externas e Cooperação do Gabinete de Planeamento e Políticas — MADRP.

Setembro 2006 — Fevereiro 2007 — assessora da direcção do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar — MADRP.

Setembro 2000 — Agosto 2006 — conselheira, técnica para as questões agrícolas na REPER — Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas.

Dezembro 1999 — Agosto 2000 — subdirectora do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

1998-1999 — directora de Serviços dos Produtos Vegetais do Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar.

1990 — integrou o quadro do Instituto dos Mercados Agrícolas e Indústrias Agro-Alimentares, tendo sido nomeada chefe de divisão em 1991.

1986-1989 — integrou o quadro do Secretariado Agrícola para as Relações Europeias do Ministério da Agricultura e Pescas.

1984-1986 — integrou a equipa do Programa de Acções Estruturais para o Sector Agrícola nas Ajudas de Pré-Adesão à Comunidade Económica Europeia (PAPE).

1980-1984 — integrou a equipa Programa Nacional PROCALFER, financiado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento — EUA.

1979 — ingressou no quadro do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas

Habilitações e formação

1999 — curso de técnicas de condução de reuniões, INA.

1986 — estágio na Direcção-Geral de Agricultura — CCE, Bruxelas.

1985 — *European Policy Making, EIPA*, Maastricht, Holanda.

1984 — *Project Evaluation Skills Seminar*, University of Maryland, USA. *Advanced Information System Development Program*, University of Connecticut, EUA.

1982 — *Project Implementation Management System*, Washington, AID Washington.

1980 — curso de avaliação de projectos agrícolas, CEEA. Programação linear em agricultura, CEEA.

1978 -1979 — bolsista do Centro de Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência (CEEA), Oeiras.

Despacho n.º 9387/2008

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 11/2007, de 27 de Fevereiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 32/2008, de 25 de Fevereiro, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subdirectora-geral da Direcção-Geral de Veterinária a licenciada Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo, que se publica em anexo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 19 de Março de 2008.

14 de Março de 2008. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Julieta Henriques Carvalho dos Santos.

Data de nascimento — 20 de Agosto de 1965.

Habilitações — licenciatura em Direito.

Lugar do quadro — técnica superior principal da carreira de jurista, de nomeação definitiva, a prestar serviço na Direcção-Geral de Veterinária.

Actividade profissional

De 19 de Fevereiro de 1990 a 1 de Abril de 1993 — exercício das funções de jurista no Gabinete de Apoio Jurídico da Direcção-Geral da Pecuária.

De 2 de Abril de 1993 a 1 de Maio de 1997 — exercício das funções de jurista na Divisão de Apoio Jurídico do Instituto de Protecção da Produção Agro-Alimentar.

De 2 de Maio de 1997 a 24 de Julho de 2005 — exercício das funções de jurista no Gabinete Jurídico da Direcção-Geral de Veterinária.

Desde 25 de Julho de 2005 — exercício do cargo de chefe do Gabinete Jurídico da Direcção-Geral de Veterinária

Formadora nas áreas de direito administrativo, direito contra-ordenacional e legislação específica da Direcção-Geral de Veterinária.

Despacho normativo n.º 21/2008

O Despacho Normativo n.º 23-A/2007, de 15 de Junho de 2007, aprova o Regulamento do Programa dos Apoios a conceder pelo Fundo Florestal Permanente (FFP) em 2007 e 2008. Nos termos do referido Regulamento são apoiadas as áreas de prevenção e protecção da floresta contra incêndios, a promoção do ordenamento e gestão florestal e a promoção das funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais e criação de novos instrumentos para a defesa e sustentabilidade da floresta. De acordo com a tabela que consta do Anexo I ao citado Regulamento estão definidas as percentagens de apoio para cada uma das áreas referidas. Todavia, a execução da Estratégia Nacional para as Florestas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006 de 15 de Setembro, que incide sobre os espaços florestais, incluindo também as áreas de matos e pastagens e a valorização que o conjunto da sociedade atribui ao seu conjunto, de modo a maximizar o seu valor e o cumprimento do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio,